

Um abraço que sufoca

STAM, Robert. *Multiculturalismo tropical* - Uma história comparativa da raça na cultura e no cinema brasileiros. São Paulo: Edusp. 2008, 526p.

Em *Multiculturalismo Tropical* (2008), Robert Stam analisa o cinema brasileiro no que tange a questões étnicas e raciais. Numa perspectiva interdisciplinar, discute, entre outros temas, como foram construídas as imagens do negro e do índio no filme de ficção brasileiro.

Logo no início, Robert Stam anuncia a ousada preposição subjacente da obra: “Brasil e Estados Unidos estão profundamente interconectados em um jogo espetacular de semelhança, diferença, identidade e alteridade”. Embora tal preposição indique sutilmente uma comparação entre as cinematografias de ambos, isso não ocorre e muito menos se revela como intenção do autor. O que é posto em debate são os mitos de separação norte-americanos e os mitos de fusão brasileiros. Nessa concepção, o Brasil é um tipo de “gêmeo sul” dos Estados Unidos, entre outras semelhanças, ambos receberam ondas de imigração similares para então formarem sociedades multiculturais e poliétnicas, além disso, suas histórias foram marcadas por uma luta pela independência cultural em relação à Europa. Embora não constituam sociedades idênticas, são eminentemente comparáveis, seja na perspectiva da conquista, das modalidades de escravidão e discriminação, ou na religiosidade.

É com veemência que Stam combate a ideia de que os Estados Unidos

seriam um “excesso populacional que não tinha espaço no Velho Mundo”(de Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*), combate “verdades” mal teorizadas que sustentam a flexibilidade brasileira e a frigidez anglo-saxônica. Demonstra afinidades culturais entre o samba e o jazz, o soul food¹ e a feijoada, o break e a capoeira, afirma o multiculturalismo como fenômeno pan-americano. Ocorre que essas diásporas tiveram muitas experiências análogas: em nenhuma a independência significou liberdade para negros e índios; ambos foram sociedades escravocratas por mais tempo do que têm sido sociedades livres; e os mitos do “sonho americano” e da “democracia racial” encobriram a opressão racial.

Sabemos que categorias raciais não são naturais, são relativas e situacionais, portanto, mutáveis. Africanos escravizados antes do colonialismo não se retratavam como negros, mas como membros de seus grupos: banto, fon, hausa. Enquanto nos Estados Unidos a definição do ser negro se baseia na ancestralidade, independentemente do fenótipo, no Brasil a percepção de raça se concentra na aparência e em pistas socioculturais.

Os dois países, na condição de sociedades multirraciais dominadas por brancos, apresentam um profundo racismo que muitas vezes se vincula a questões de classe. O racismo brasileiro é pragmático, paternalista, tende a ser disfarçado, se expressa em ações e através da autorrejeição; mesmo as vítimas estão sujeitas a adotar discursos raciais

¹ Comida de raízes negras do sul dos Estados Unidos.

hegemônicos; é um racismo sistêmico, camuflado, difícil de ser detectado, “enlouquecedoramente abstrato”, diferentemente dos Estados Unidos, onde o racismo assume a forma de estranhamento metafísico, enraizado, inclusive, associado a atitudes fóbicas em relação ao corpo.

Os negros nos Estados Unidos sempre constituíram uma minoria em termos numéricos e em termos de poder, no Brasil – país que recebeu maior contingente de tráfico negreiro – os negros constituíram a maioria marginalizada. De um lado, o “racismo segregacionista” norte-americano, de outro, a “ideologia do branqueamento” brasileiro e nas palavras do autor: “embora os negros norte-americano fossem relegados ao ‘porão’ da sociedade, ao menos eles dominavam o porão”.

O estudo realizado por Robert Stam revela que nos primórdios do cinema brasileiro, começo do século XX, havia desprezo por temas afro-brasileiros, enquanto as versões cinematográficas dos romances indianistas eram quase uma obsessão: O Guarani, Iracema, Ubirajara. O índio era celebrado como bravo, guerreiro, “ingenuamente bom e profundamente espiritual”.

Já na década de 1930, os ventos ideológicos mudaram. Os negros tornaram-se presenças significativas em musicais modelados com influência norte-americana, conhecidos popularmente por chanchadas. Nessa época, Carmem Miranda surge como figura de caráter ambíguo, para os norte-americanos “um emblema burlesco, porém simpático de pan-latinidade”. Grande Otelo se destaca como o ator negro mais importante do período - quiçá, de todos

os tempos - tendo atuado em Orfeu da Conceição, Também somos irmãos, Matar ou Correr, Carnaval Atlântida, Os Cosmonautas, entre tantos outros, quase sempre em segundo plano. Era uma espécie de “ator negro chave”, que precisava suportar esse fardo da representação solitária do Brasil negro.

No decorrer dos anos 1950, críticos de esquerda pregam o cinema nacional e popular, rompendo com o tom paternalista do cinema precedente. O autor aponta Rio 40 Graus como pioneiro na representação positiva do negro, o que viria ser marca da obra de Nelson Pereira dos Santos. Já Orfeu Negro, de Marcel Camus, é acusado de ter iniciado milhões de não-brasileiros à cultura brasileira, forjando na consciência internacional uma associação entre a tríade: brasilidade, negritude e carnaval.

No começo dos anos 1960, o movimento Renascença Baiana gera filmes verdadeiramente ruptórios. Barravento de Glauber Rocha é visto como “um manifesto político cultural a favor da libertação negra” (Celso Prudente, em Barravento – O Negro como Possível Referencial Estético no Cinema Novo de Glauber Rocha). Ganga Zumba festeja a república quilombola dos Palmares – ressaltando que Zumbi fundou um protótipo de uma sociedade “multicultural” muito antes de o termo ser cunhado - mostra o negro como agente histórico ativo, e para Glauber Rocha, é o “único filme de diretor branco que não assumiu uma atitude paternalista”.

É mesmo nos anos 1990 que a presença de personagens negros nos filmes de ficção é normatizada. Filmes como Mato Eles?, de Sérgio Bianchi, desconstrói o discurso indianista caricaturado,

é estruturado em torno de perguntas e respostas de múltiplas escolhas que não deixam nenhuma opção confortável: “o extermínio dos índios deveria ser: a) imediato b) lento e c) gradual. No mesmo período, filmes “etnográficos” tentam despir-se dos vestígios de atitudes coloniais e surge a “mídia indígena”, em que grupos de diferentes tribos são os próprios produtores e receptores.

O livro revela que filmes brasileiros refletem realidades do ambiente de maneira filtrada pelas ideologias correntes, o desafio é discernir o padrão estruturante das características atribuídas aos grupos. O autor explica que o cinema é parte de um espectro maior de representações da mídia, no qual os negros são sub-representados e os indígenas alegorizados. Em suma, *Multiculturalismo Tropical* é uma história comparativa da raça na cultura e no cinema brasileiros, mas é também um estudo da própria história do Brasil através de suas representações cinemáticas.

Trata-se, verdadeiramente, de um livro de abrangência notável e impressiona que Robert Stam – na condição de norte-americano – possua, além de incrível domínio dos temas, sensibilidade aguçada, capaz de inserir os filmes em uma rede interminável de relações.

Já conhecido do leitor brasileiro, entre as suas obras foram traduzidas *O espetáculo interrompido* (1981), *Bakhtin* (2000), *Introdução à teoria do cinema* (2004) e *Crítica à Imagem Eurocêntrica* (2006). Esteve ele também por caminhos variados, professor transdisciplinar da Universidade de Nova York, lecionou na Tunísia, na França e no Brasil, onde desenvolveu pesquisas voltadas para arte, cultura e política e onde pensou

questões como essa: “se o racismo no estilo americano pode ser um tapa na cara, o racismo no estilo brasileiro pode ser um abraço que sufoca”.

Luna Cristina Castro Nery

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia

Redação oficial no Manual da Presidência da República

MENDES, Gilmar Ferreira; JÚNIOR, Nestor José Forster. *Manual de Redação Oficial da Presidência da República*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002

As empresas e as instituições não sobrevivem sem a comunicação. Independentemente do tipo de organização, este meio mantém e sustenta os relacionamentos no ambiente organizacional. Nesse sentido, escrever exige consciência e reflexão por parte do redator, pois influencia diretamente nos propósitos que se tem em relação ao destinatário das mensagens. A comunicação escrita refere-se ao registro das informações que circulam nas organizações públicas e privadas. No contexto das instituições públicas brasileiras, a Redação Oficial institui as normas para a elaboração dos documentos oficiais (Ofício, Memorando ou Comunicação Interna, entre outros), tendo como propósito tornar a troca de mensagens mais eficiente e eficaz, bem como auxiliar no atendimento aos princípios da Administração Pública:

legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade

Nessa ótica, era de se esperar que a bibliografia nacional sobre o tema fosse um instrumento eficaz para os redatores na padronização dos documentos oficiais. Mas a realidade não é bem assim, há disparidades nas orientações sobre a redação de documentos oficiais. Por exemplo, enquanto o “Manual de Redação da Presidência do Brasil”, organizado por Mendes e Júnior, editado pela última vez em 2002, faz indicações em um sentido, João Bosco Medeiros, em “Correspondência: Técnica de Comunicação Criativa”, edição de 2006, e Adalberto Kaspary, em “Redação Oficial: normas e modelos”, edição de 2007, seguem outros caminhos nas mesmas questões. Há, no mínimo, falta de similaridade nas orientações. Embora a escrita se tenha modernizado e tenha havido uma modificação na forma rebuscada e prolixa de redigir, utilizada no passado, algumas obras ainda se encontram desatualizadas e em discordância entre si com relação às orientações para elaboração de documentos no âmbito oficial.

O Manual de Redação da Presidência da República poderia ser a obra que melhor auxiliasse as organizações públicas na escrita de seus textos oficiais, contudo, observa-se que tal manual se apresenta como um guia pouco eficiente aos redatores. Primeiramente, pelo fato de não conter explanação sobre as normas específicas de elaboração para os modelos oficiais utilizados com frequência nas repartições públicas brasileiras (ato, ata, relatório, entre outros), mas apenas para o documento oficial, de maneira escassa e pouco didática. Segundo, por também não apresentar

normas para grafia e digitação de documentos, como, por exemplo, as regras utilizadas para endereçamento, grafia de datas e números, siglas, formas combinadas entre parênteses, espaçamento e destaques nos documentos, observando apenas a importância de “não haver abuso no uso de negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a elegância e a sobriedade do documento”. E, finalmente, por apresentar orientações insuficientes com relação às normas de elaboração dos documentos oficiais, como, por exemplo, o modo de estruturar o cabeçalho, a data, a assinatura e o fecho. Nota-se, ainda, que algumas regras são abordadas até mesmo de maneira contrária às orientações de estudiosos da área. Logo, conclui-se que o Manual apresenta precariamente as normas de Redação Oficial, aprofundando-se nas regras gramaticais da Língua Portuguesa (ortografia, sintaxe e semântica) e nas orientações sobre o uso correto dos pronomes de tratamento e do vocativo ao se dirigir às autoridades, limitando, assim, sua área de abrangência ao teor gramatical. Dessa forma, assume uma função talvez pouco relevante comparativamente àquela que primordialmente seria de esperar. As Gramáticas de Língua Portuguesa editadas no país já oferecem tal conteúdo, não sendo, portanto, necessário que o Manual se limite à gramática, visto que os redatores e digitadores necessitam obter conhecimentos específicos na área de Redação Oficial ao redigir os documentos e correspondências oficiais. Pode ser que, por isso mesmo, não haja um consenso entre as próprias instituições públicas do país

na padronização de seus documentos, como, por exemplo, a normalização de diversos manuais de Redação Oficial nas universidades públicas brasileiras, contribuindo para uma diversidade escusada de estruturas oficiais.

Durante a consulta às obras, verificou-se que Medeiros e Kaspary abordam de forma mais completa e minuciosa os diversos tópicos que a Redação Oficial abrange. Contudo, em determinados pontos de suas obras há divergência nas prescrições e, ainda, disparidades em relação a algumas normas preconizadas pelo próprio Manual da Presidência, como, por exemplo, a questão da pontuação após o vocativo. O Manual recomenda que se utilize a vírgula, nesse caso, e Kaspary recomenda o uso dos dois pontos após o vocativo dos documentos.

Pode-se afirmar que as normas, apesar de não assegurarem eficácia na produção e compreensão textual, visto que dependem de outros fatores, são relevantes no contexto das instituições do Primeiro Setor, ao conferirem padronização aos documentos (legais) que nele circulam. Logo, faz-se necessário um balizador que

unifique a produção de documentos nos mais diversos setores públicos brasileiros. Considerando a credibilidade transmitida pelo Manual de Redação da Presidência da República do Brasil e o potencial intelectual dos organizadores, a obra deveria nortear tais questões de grafia, estrutura e digitação de documentos oficiais no Brasil, que são de crucial importância para alcançar os objetivos dos processos administrativos das instituições públicas. Há necessidade de atualização e posterior reedição desse Manual como parâmetro de consulta concreto para os redatores e digitadores das instituições públicas brasileiras, a fim de atender prontamente às necessidades práticas de comunicação escrita oficial no setor público brasileiro.

Thayana Abreu Viza Figueiredo

Graduanda do curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Federal de Viçosa,

Cristiane Cataldi dos Santos Paes

Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa

Ana Carolina Gonçalves Reis

Professora do curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Federal de Viçosa